



Anais da Assembleia

N.º 63

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 27 DE MAIO DE 1977

ANO III

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 94ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 1977

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ernesto Gnoato, secretariada pelos Senhores Deputados Jorge Sato e Ezequias Losso.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpellini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

MENSAGEM 68/77

Curitiba, 20 de maio de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Administração e os municípios abaixo especificados, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais.

MUNICÍPIO	DATA DA CELEBRAÇÃO
Salto do Lontra	31/12/76
Alvorada do Sul	31/12/76
Mandirituba	04/03/77
Barracão	04/03/77
Pitanga	07/03/77
Califórnia	07/03/77
Santo Antônio do Sudoeste	07/03/77
Santa Cruz do Monte Castelo	14/03/77
Medianeira	15/03/77
Dois Vizinhos	01/04/77
Palmital	21/03/77
Goioerê	12/04/77
Assaí	19/04/77
Guairaçá	12/04/77
Guaratuba	18/04/77
Uraí	25/04/77

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto

dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reiterei a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIO:

Sob o número 008/77, do Senhor José Carlos Cremoneze Gimenez, Presidente da Câmara Municipal de Florai, que por intermédio de seus vereadores, manifestam junto aos Senhores Deputados que militam neste Poder Legislativo, o seu repúdio e a sua contrariedade quanto às emendas que serão feitas para a introdução do divórcio no Brasil. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, nos termos do Art. 186 do Regimento Interno, a anexação do Projeto de Lei número 51/77, de sua autoria ao Projeto de Lei número 04/77, por versarem ambos sobre a mesma matéria (Declaração de utilidade pública da "Guarda-Mirim de Campo Mourão").

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1977.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, consubstanciado em pedido de informações, sobre a demanda havida entre o Poder Executivo do Estado do Paraná e a denominada Gleba Rocha Loures, encravada no município de São Pedro do Paraná.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

A gleba Rocha Loures, situada no município de São Pedro do Paraná, é formada de área com aproximadamente cinco mil alqueires, abrigando cerca de mil famílias.

A maioria delas vive o drama que grassa em grande parte do Estado.

Impossibilitadas, pelos desvarios e desacerto do Governo do Estado em legitimar suas propriedades, estão impedidas de comercializarem normalmente e, de se beneficiarem de financiamentos junto a estabelecimentos de crédito. A luta pela subsistência é então, dramática e renhida.

Sofrem aqueles paranaenses, a malograda política fundiária do Paraná.

Sobressaltados, sofrem o pesadelo da ameaça de despejo e a incerteza de novos rumos. Muitas delas sem condições de reiniciarem suas vidas em outros rincões. Famílias numerosas enfraquecidas pela fome e pela doença, paupérrimas, aguardam os melhores olhares dos homens que governam este Estado, um verdadeiro retalho de grilos. Uma verdadeira montanha de papéis assinados na motivação do ganho fácil e ilícito. Ironicamente, as conseqüências acabrunhantes, recaem sobre os ombros daqueles que trabalham de sol a sol produzindo riquezas

e tornando fartas as mesas de homens cujas consciências estão enegrecidas pelos desmandos de suas vergonhosas ações.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Considerando que os adquirentes de áreas de terras, fazendas, sítios, lotes urbanos e rurais encravados em área maior denominada "Fazenda Apertados", que abrange parte das comarcas de Paranaíba, Loanda e Terra Rica, cujos domínios se originam em "Títulos de Domínio Pleno" expedidos pelo Governo do Estado do Paraná através do Departamento de Geografia, Terras e Colonização, tendo tomado conhecimento pela imprensa da Capital e do Estado de São Paulo, não só pelas declarações de uma das partes que litiga com o Estado, como e principalmente pela "Nota Oficial" fornecida aos jornais pela Procuradoria Geral do Estado, de que na época em que tais títulos foram expedidos pelo Governo paranaense, a terra que adquiriram de boa fé, já era litigiosa e, conseqüentemente "sub-judice" e por isso, inalienável, litígio esse que segundo nota da Procuradoria Geral data de 1898, que mantém os adquirentes em constante sobresalto e na iminência de se verem, de um momento para outro, despejados das áreas que adquiriram do Estado nas quais construíram benfeitorias e assim atingidos em seus bens e economias;

Considerando que por existir uma sentença de primeira instância, confirmada por Acórdão do Tribunal Federal de Recursos, transitada em julgado, que condena o Estado do Paraná a desocupar os quinhões números 3 e 4 do imóvel denominado "Apertados", cujas terras pelo Governo foram vendidas a milhares e da qual, notificado da execução, o Governo do Estado acomodou-se para não configurar resistência ou desobediência ao Mandado Judicial e desobrigou-se de seus compromissos para com os adquirentes, recebendo-a em todos os seus termos, sugeriu ao Juiz Presidente do feito que promova diretamente as medidas tendentes a desocupar a área, comprometendo-se ainda a cercar as diligências judiciais relativas ao expurgo de seus ocupantes (lógicamente os portadores, seus herdeiros ou sucessores) daqueles mesmos títulos de Domínio Pleno por ele mesmo expedidos, de todas as garantias que lhe forem solicitadas ou requisitadas;

Considerando que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em sessão plena de 31 de agosto de 1951 decidiu que as vendas de terras devolutas feitas pelo Poder Executivo a terceiros, cujos contratos, por interessarem diretamente à receita pública, não estiverem previamente registrados naquele órgão, são "nulos pleno jure", por violarem preceitos constitucionais e ainda que realmente os títulos expedidos pelo Governo a favor dos adquirentes ou de seus antecessores, conforme certidão anexa, não estão registrados por seu órgão competente, isto é, o Tribunal de Contas, o que evidencia que o próprio Governo que os expediu, os considera nulos, face ao que é óbvio:

OS ADQUIRENTES FORAM LUDRIBRIADOS PELO PODER PÚBLICO QUE LHES VENDEU TERRAS LITIGOSAS ATRAVÉS DE DOMÍNIO PLENO, discutidos há mais de 80 anos sem que se configurasse até a presente data a plenitude de domínio do Estado sobre as terras comercializadas, limitando-se a promessas de defesa dos compradores, colocando no jogo judicial, a sorte de milhares de famílias, numa demanda praticamente perdida com sentença em grau de execução irreversível e portanto, no embate de luta inglória, no qual os compradores não tem condições de serem partes, aguardando apenas o desfecho da execução para pleitearem do Estado, os ressarcimentos dos danos sofridos.

Se profeta fosse o escriba registraria: "Nessa terra em se plantando, dá, mas cuidado com os Títulos de Domínio Pleno que visão a ser expedidos quando passar a existir um Estado chamado Paraná".

Assim sendo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, na forma regimental requero, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, consubstanciando em pedido de informações sobre sua posição ante o fato objeto desse documento.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Considerando que o Senhor Hentior Nóbile e outros, são legítimos proprietários da Fazenda Cubatão, com área de 800 alqueires, desmembrados da antiga Fazenda Boa Esperança, no município de Santa Cruz do Monte Castelo e que o acima nominado é portador de escritura pública lavrada em 1965, e de forma definitiva em 1972, com mandato de averbação conforme sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito da Comarca de Loanda, na época o Doutor Antônio Vieira e que tal propriedade foi adquirida de Lourival Moro conforme transcrição de número 3737 no Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da mesma Comarca.

Valho-me do presente para trazer ao conhecimento de meus nobres Pares, novo fato que patenteia dúvidas quanto à seriedade e a ombridade de homens alçados à condição de gerência de negócios públicos.

Ocorre que o Senhor Onézimo Ferraz, titular do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Loanda, estribado em ofício "supostamente" expedido pelo então Juiz, Doutor Cyro Maurício Crema, cuja cópia não contém assinatura desse douto Magistrado e mesmo encontra-se eivado de erros e lacunas, principalmente no que se refere ao seu aspecto jurídico, destacando-se entre outros o que consta no rodapé, assim redigido: "C/ CÓPIA A CORREGEDORIA", além de outros que não condizem com a linguagem oficial de nossa Magistratura, NEGASE a promover o devido REGISTRO PÚBLICO da citada escritura.

Tal ofício pode ser contestado em sua autenticidade e se pode supor ter sido forjado por pessoas interessadas na questão. Tal "ofício" leva o número 336/66, tendo sido expedido no dia 01 de setembro de 1966. Entretanto, Heitor Nóbile foi informado de que o atual titular da Comarca de Loanda, doutor Onézimo Mendonça de Anunciação, até dias atrás, desconhecia por completo a existência de tal "ofício".

É de todo incompreensível o procedimento do Senhor Onézimo Ferraz por negar-se a efetuar o registro da escritura da propriedade de Heitor Nóbile, já que proprietários outros de áreas remanescentes da mesma escritura, registram-nas normalmente.

De 1968 em diante, para agravamento da situação, diversas famílias radicaram-se na Fazenda Cubatão, portanto títulos de Domínio Pleno, expedidos pelo Governo do Estado do Paraná.

É desesperadora a posição dos proprietários da Fazenda Cubatão. Impedidos que estão de comercializarem normalmente, pleitear financiamentos junto a estabelecimentos creditícios, vêem suas dívidas avolumando-se tal como bola de neve.

A dívida de Heitor Nóbile para com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, remonta a mais de 120 milhões de cruzeiros, para com a Prefeitura do Município de Santa Cruz do Monte Castelo é de mais de 17 mil cruzeiros, sem mencionar débitos para com o FUNRURAL e para com seus empregados.

E novamente aparece o Governo do Estado como ludibriador da fé pública, expedindo títulos de Domínio Pleno, não os reconhecendo posteriormente e efetuando novas transações.

Até quando perdurará tal estado inaceitável de coisas. Até quando os paranaenses continuarão a atender apelos ministeriais para aumento de produção, sem saber se estão plantando

em suas legítimas terras?

Motivado pelo acima exposto, na forma regimental, o Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, consubstanciado em pedido de informações sobre o posicionamento do Poder Executivo diante da denúncia acima formulada, pedindo imediatas providências para equacionamento do problema em tela.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1977.

(a) VALTER PIETRANGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, requer seja inserto na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações ao Ministério de Previdência e Assistência Social e ao Instituto Nacional de Previdência Social pelo trabalho que vêm desenvolvendo, através do seu Programa de Assistência Psiquiátrica.

Requer, ainda, que da decisão da Casa se dê conhecimento ao Ministro NASCIMENTO E SILVA da Previdência e Assistência Social e ao Dr. RONALD STEPHANES, presidente do INPS, em Brasília-DF.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1977.

(a) PAULO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

Cerca de 291 mil e 600 beneficiados deverão ser atendidos pelo INPS durante o corrente ano, dentro do seu Programa de Assistência Psiquiátrica. A orientação dada ao programa destaca-se pela ênfase do atendimento ambulatorial, evitando-se internações desnecessárias, segundo recomendação do Ministro NASCIMENTO E SILVA.

Essa orientação que, para o Ministro do MPAS, possibilitará maior índice de recuperação dos pacientes atendidos pelo programa não é novidade. No ano passado, dentro da mesma filosofia, foram previstos atendimentos da ordem de 225 mil e 864 casos, mas já em outubro registravam-se 275 mil e 567 atendimentos.

A Assistência psiquiátrica do INPS será ministrada com base no conceito de psiquiatria social, da Organização Mundial de Saúde. Este organismo recomenda prioridade ao atendimento ambulatorial nas comunidades em que residem os beneficiários, garantia de atendimento à emergência psiquiátrica e internação somente em casos de agitação incoercível ou com periculosidade.

Atividades de prevenção primária estão sendo estabelecidas junto às escolas e associações da comunidade, utilizando-se inclusive, canais de comunicação de massa — rádios e televisões educativas.

No ano passado, cerca de 9,6 por cento do total dos pareceres favoráveis à concessão de auxílio-doença, apontaram como causa incapacitante, a neurose. O alcoolismo atingiu 1,6 por cento. A esquizofrenia, que é uma psicose, foi registrada em 1,7 por cento dos exames masculinos e 1,2 por cento nos femininos. Cerca de 12,3 por cento do total dos auxílios-doença em manutenção foram concedidos devido às neuroses.

Em razão desses índices e das peculiaridades sócio-econômicas dos beneficiários da previdência, aliados ao programa de fornecimento de medicamentos pela CEME, o MPAS tem enfatizado a assistência extra-hospitalar a fim de evitar o afastamento do paciente do seu ambiente sócio-familiar.

Nos últimos cinco anos, segundo os dados divulgados pelo MPAS, tem-se notado acréscimo constante no atendimento psiquiátrico de ano para ano. De 138.512 atendimentos registrados em 71 passou a 291.600 previstos para 1977.

Para possibilitar o maior número de atendimentos possíveis, está sendo promovida a mobilização dos recursos assistenciais nas comunidades, visando a sua utilização no atendimento

ambulatorial e a implantação de serviços de emergência psiquiátrica nas áreas metropolitanas e nas cidades com mais de 200 mil habitantes.

Outra preocupação da previdência é a qualificação da continuidade do tratamento dos egressos de hospitais psiquiátricos, através de atendimento ambulatorial, a fim de diminuir as taxas de reinternação por falta de psicoterapia de apoio e de medicamentos de manutenção.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-firmado com respaldo no Regimento Interno, requer um voto de congratulações ao Presidente da República, Ernesto Geisel, pela inauguração, em data de hoje da Refinaria Presidente Getúlio Vargas, com sede em Araucária.

Requer, outrossim, que da deliberação desta Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Presidente da República, ao Exmo. Sr. Governador do Estado Jayme Canet Júnior e ao Prefeito de Araucária, Sr. Rízio Wachowicz.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1977.

(a) WILSON FORTES

JUSTIFICATIVA:

A REPAR é um dos maiores investimentos do Governo Federal no Paraná. É um investimento que ultrapassa a importância de três bilhões de cruzeiros.

Além do investimento em si, uma velha aspiração do Paraná, pois ressentia-se da presença do Governo Federal em nosso Estado, ela traz como consequência outras indústrias que transformam o nosso Estado de agrícola em industrial.

Propiciará uma economia superior a 100 milhões de dólares anuais para o Brasil o que nos orgulha a todos e manifesta o esforço dos líderes revolucionários para economizar divisas.

Ao lado da refinaria que leva o nome de Presidente Getúlio Vargas e é a sétima do País, outra de quase igual vulto começa a ser implantada: o complexo da Amônia e Uréia. Estas duas obras sediada em Araucária significam o esforço do Brasil para sair da era de economia primária para a industrial.

Araucária, cidade pacata com um pouco mais de 80 anos de vida independente, passa a um município polo e para o qual voltam-se os olhos do país.

Possui aquele município à frente de sua administração, o Engenheiro Rízio Wachowicz que participou da luta da localização da refinaria quando prefeito pela primeira vez e, teve a sorte de participar de sua inauguração em data de hoje.

Neste instante de euforia em que vive o Paraná inteiro, Araucária deve receber o amplexo de todas os paranaenses. O Noroteste que temos a honra de representar nesta Casa une-se à euforia do sul e traz o seu amplexo, o seu abraço a Araucária, de quem receberá o combustível e os derivados de petróleo.

Ao mesmo tempo em que o Presidente pisará o solo araucariense, será objeto de manifestação popular, ele inaugurará o monumento, expressivo por si, ao Expedicionário que derramou o seu sangue pela nossa liberdade e pela liberdade daqueles que desejavam esmagar os valores humanos.

Esta feliz idéia do Prefeito merece registro nos Anais desta Casa, pois se por um lado vemos o surto de progresso de Araucária, por outro vemos que os dirigentes daquele município sabem cultivar os valores tradicionais e tributar homenagens àqueles que selaram com suas vidas, o pacto com o ideal democrático do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): "Mais uma vez o nosso Estado recebe a visita do Sr. Presidente da República, Ernesto Geisel. Desta feita,

porém, a visita presidencial tem para nós um significado todo especial. Vem S. Exa. para inaugurar oficialmente a Refinaria da PETROBRÁS em Araucária.

Dizemos que tem significado especial para nós, porque tivemos a satisfação de contribuir com uma pequena parcela de nosso trabalho para que essa obra de transcendental importância para o desenvolvimento de nosso Estado, fosse implantada no Paraná.

É do conhecimento dos Senhores Deputados e de todos os paranaenses, a luta e o esforço empreendido pelo Governo do vizinho Estado de Santa Catarina, que na época reivindicava para o seu Estado a construção dessa refinaria.

Felizmente, porém, prevaleceu o bom senso e as autoridades federais e, particularmente o General Ernesto Geisel, então Presidente da PETROBRÁS, decidiram que a refinaria seria construída no município de Araucária. Foi sem dúvida uma das maiores e mais expressivas vitórias do Paraná no setor econômico.

Esses os motivos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pelos quais hoje retornamos a esta tribuna, para manifestar nosso contentamento e o nosso orgulho, solicitando a V. Exa. seja inserida na ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo pelo auspicioso evento que por certo traduz o sentimento de todos os paranaenses, nesta data histórica em que se inaugura a Refinaria Presidente Getúlio Vargas. Obra gigantesca e que deverá acelerar ainda mais o progresso e o desenvolvimento do nosso Estado. Constituindo-se também em sólido esteio para a nossa economia de divisas."

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Na época em que advogamos para o Paraná a implantação dessa refinaria, se assim o fizemos, se assim procedemos, foi porque na época o Governador Haroldo Leon Peres que, lamentavelmente governou o nosso Estado num período nebuloso e negro, dizia e disse para mim que a refinaria deveria ser implantada no Estado de Santa Catarina, porque o Paraná tinha muito mais do que aquele Estado e o Governo Federal daria aos catarinenses a refinaria que na época discutia-se se devia ser implantada aqui ou naquele vizinho Estado. Por mais de 5 vezes fomos ao Rio de Janeiro e na última tentativa, conseguimos uma entrevista de 15 minutos para conversarmos com o Sr. Presidente da PETROBRÁS, General Ernesto Geisel, hoje Presidente da República. Entregamos a ele um memorial e farto material, que provava ser o nosso Estado que tinha mais condições técnicas, principalmente, de receber a implantação daquela refinaria. Ele prometeu na oportunidade em que conversávamos, que o critério a ser adotado não seria outro a não ser o de justiça, isto porque nós, paranaenses, tínhamos as lideranças catarinenses que se faziam ouvir em Brasília com voz mais alta do as do nosso Estado.

Naquela ocasião, pelo nosso trabalho, a imprensa resolveu outorgar à nossa pessoa o título de "Deputado do Ano", trabalho este em função da implantação da refinaria em solo paranaense.

Hoje registramos o fato, pura e simplesmente, porque se inaugura, com a visita do Sr. Presidente da República, esta refinaria que, para satisfação nossa, leva o nome de Getúlio Vargas.

O que solicitamos, não é nada mais, nada menos, do que o registro, na ata de nossos trabalhos, deste auspicioso evento que, para nós paranaenses, é um marco de vitória pela luta que aqui empreendemos em favor deste acontecimentos — (Sem revisão orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Concedo a palavra ao

Sr. Deputado Antônio Facci, segundo orador inscrito.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa cidade de Maringá, "cidade canção", vem lutando nestes últimos tempos para a conquista de melhorias para a sua vida comunitária.

Toda a comunidade deve unir-se em busca de seus objeti-

vos. Maringá se une, sempre, quando procura alcançar os benefícios para a cidade e para a região.

A luta constante para a federalização da Universidade de Maringá tem sido, nos últimos meses, notícia nos jornais da cidade, com entrevistas frequentes nas mais variadas faixas da população, líderes sindicais, líderes do comércio, políticos, enfim, toda a cidade se manifestando e pedindo a federalização da Universidade.

Os Deputados estaduais que representam Maringá nesta Casa, não ficaram também quietos. Todos já ocuparam esta tribuna para falar sobre o assunto.

Uma outra luta também que empolga em Maringá é a conquista de um direito do Grêmio de Esportes Maringá disputar o campeonato nacional.

É bem verdade que os resultados técnicos daquela equipe não têm sido dos melhores. No entanto, nossa região, pela pujança que representa, está a comprovar, pelas rendas, que pode e deve participar do campeonato nacional.

Em entrevista que demos a um jornal, sábado passado, em Maringá, afirmávamos que o Grêmio já está no campeonato nacional e que as lideranças arenistas seguram uma notícia para faturar em cima da notícia — que será dada perto de outra eleição.

Fomos contestados por algumas áreas, aceitos, com alegria por outras.

A região agora se levanta, aproveitando a estada frequente do Sr. Governador do Estado, no Interior, para pedir mais uma melhoria em nossa região: a criação da Faculdade de Agronomia, junto à Universidade de Maringá. As notícias vindas de nossa cidade, dão conta que toda a comunidade está participando. Tanto que, na noite de ontem, reunidos em Maringá, 23 Prefeitos Municipais traziam o seu apoio para a criação da Faculdade de Agronomia.

Não poderia esta Casa, não poderia este Deputado, ficar alheio a esse movimento. E nesse sentido, estamos apresentando um requerimento pedindo o apoio da Casa a esta nossa reivindicação.

O nosso requerimento está vazado nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado aos Excelentíssimos Senhores Ministros: Ney Braga, da Educação e Alysson Paulinelli, da Agricultura e, ainda ao Senhor Governador do Estado, expressando o integral apoio desta Casa, à iniciativa da Universidade Estadual de Maringá, que encontrou pleno acolhimento de toda a população, não apenas da região de Maringá, mas também de grande parte do sul de Mato Grosso; parte do Estado de São Paulo e inclusive o Paraguai, visando a criação da FACULDADE DE AGRONOMIA EM MARINGÁ.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1977.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

A Universidade Estadual de Maringá, conta hoje com estrutura suficiente para firmar-se definitivamente no conceito universitário do País. Todos os cursos existentes, são reconhecidos pelo Conselho Federal de Educação, demonstrando o alto índice técnico de seu corpo docente e capacidade do pessoal administrativo. A região de Maringá, ocupada por uma população de origem eminentemente agrícola, sonha com a criação da Faculdade de Agronomia, junto à Universidade. Ela esta sendo exigida, não apenas pela população microregional de Maringá, mas sim, por grande área do sul de Mato Grosso; parte do Estado de São Paulo e ainda, pelo Paraguai, tendo as autoridades destas regiões já se manifestado a respeito. Temos que ressaltar que o Paraguai, inclusive, prontifica-se a doar recursos para bolsas de estudos para os futuros alunos originários

daquele País irmão. As cooperativas agrícolas de toda a região citada, devidamente autorizadas pelos associados, maiores beneficiários com a criação de referido curso, já doaram recursos para alcançar o objetivo.

Diante das manifestações da comunidade, nada mais justo que a Assembléia Legislativa manifestar-se, dando seu apoio com a aprovação do presente requerimento, associando-se assim, ao esforço de nossa gente, visando o engrandecimento e aprimoramento de nossa juventude.

Obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Surpreendeu-nos na manhã de hoje a imprensa, ao noticiar a cassação por parte do Governo, da Rádio Iguaçu, antiga Rádio Guairacá.

O fato em si, que nos dias que correm efetivamente não pode causar surpresa atinge entretanto, até na sua parte efetiva, aqueles que assistiram o nascimento da antiga Rádio Guairacá.

Por coincidência, militávamos nós, em companhia de um ilustre servidor deste Poder — dr. Júlio Xavier Viana — no quadro de funcionários da Rádio Marumby, quando surgiu a Rádio Guairacá, surgindo as duas quase ao mesmo tempo, no cenário radiofônico do Paraná, para preencherem lacunas que de há muito se faziam sentir, quer no tocante a um meio como informação, quer como diversão.

Hoje, decreto do Presidente da República diz, no seu artigo Primeiro:

“Fica declarada perante a concessão outorgada pelo decreto 22.298 de 19 de dezembro de 1946, publicado pelo Diário Oficial da União de 24 subsequente, a Rádio Sociedade Guairacá Limitada, através da Portaria 278/3 GB de 3 de fevereiro de 1972, publicada pelo Diário Oficial de 6 de março de 1972, para executar na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional.

Parágrafo único — O Departamento Nacional de Telecomunicações adotará providências no sentido de interromper os serviços, objeto da concessão outorgada”.

Hoje, a Rádio Iguaçu faz parte da Empresa do Sr. Paulo Pimentel e, até nos termos da nossa Constituição que se tem demonstrado de muito pouca valia ao que se refere ser realmente uma Constituição que faça prevalecer os direitos relacionados nela em favor dos indivíduos e das pessoas em geral, quer me parecer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, a ninguém seria lícito negar o direito adquirido que existe da empresa sobre essa emissora, e, se o próprio decreto declara, perante a concessão outorgada, é porque esta concessão não se encontra perempta.

Declara-se em direito, na via contenciosa, para dissipar dúvidas, a ação declaratória estabelece o contraditório entre as partes para declarar um direito e dissipá-lo das dúvidas que possam ser causa.

O que não suscita discussão ou dúvida, não precisa ser declarada, produz efeito de pleno direito.

No caso, se houve perempção, isto não precisaria ser declarado e, se o foi, não poderia ter sido ao arbítrio da unilateralidade.

Assumi aí o aspecto arbitrário e discricionário do ato do Sr. Presidente da República.

Os veículos de informação constituem peças fundamentais da democracia.

Em alguns países há esta estatização desses veículos, regulada por lei, com perfeita equidade, inclusive, principalmente, ao interesse político, como é o caso da televisão francesa e outras noutros países.

Nós temos acompanhado o discricionarismo campeando em todos os setores da vida pública nacional e se é verdade que não se pode negar que os meios de comunicação constituem concessão de interesse público, também, quando esses meios são concedidos, quando existe a concessão, não se pode falar em democracia se essa concessão não for respeitada como de direito.

Lamento, como paranaense, a extinção dessa emissora, como devem lamentar todos aqueles, principalmente, que testemunharam a sua criação e a sua trajetória para se constituir, hoje, numa das mais importantes rádios do Estado do Paraná.

Talvez, a emissora de maior audiência nesta Capital.

Como membro deste Poder, lamento porque não me parece que exista outro motivo e a prova de que a empresa do Sr. Paulo Pimentel não teria deixado que ocorresse a perempção, é a notícia que ela própria traz sobre o fato, lamento como membro deste Poder, me ver obrigado a registrar mais um protesto ante mais um ato discricionário do Governo da República.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Realmente, o Poder Legislativo é a caixa de ressonância das diversas tendências da sociedade.

Vejam os Senhores de que ainda anteontem subi à tribuna para registrar o contentamento, o surgimento de mais um jornal do Estado do Paraná.

Hoje, é com tristeza que nós voltamos a esta tribuna, assim como Muggiati Filho, para registrar mais uma arbitrariedade do governo que aí temos.

Arbitrariedade, Srs. Deputados, porque a lei, o direito, gera a tranquilidade, gera a segurança.

E o governo que temos não apenas tem gerado a intranquilidade, a insegurança, até do direito mais mezinho do homem, que é o direito à liberdade de opinião, expressão e de locomoção.

Por exemplo, quando uma portaria do Ministro da Justiça rasga a Constituição e impede de que o estudante brasileiro faça uma manifestação pacífica e ordeira.

Intranquilidade até dos direitos econômicos do homem. No seu patrimônio.

Porque empresa alguma, assim como a pessoa física, está tranqüila hoje no Brasil.

E o fechamento de uma empresa, de uma rádio, de consequências muito maiores, principalmente, quando esta empresa se dedica à divulgação, tem consequências muito maiores do que fechamento de uma simples boca de uma pessoa física.

Na medida em que o Presidente da República não justifica num Decreto Presidencial o fechamento de uma empresa que envolve um homem reduzido politicamente à mais triste situação dentro do seu Partido, porque ousou discordar daqueles que infelizmente, pelo critério e pelo sistema implantado, das eleições diretas, que ficam enfiadas apenas nas mãos de um simples grupo: Este homem que é Paulo Pimentel, discordou, e teve as consequências, está sofrendo as consequências, e o fechamento da Rádio Iguaçu, é o aviso prévio do fechamento do Canal 4.

É fácil de imaginar, se no passado outros governos usassem o mesmo critério que o atual governo usa para um homem do seu próprio Partido, que não critica o Governo Federal porque os jornais, as rádios e a TV Iguaçu, não têm criticado o Governo Federal.

As suas críticas se estendem apenas no plano estadual. E assim mesmo, sofre as sanções.

Seria de se imaginar, se em outros tempos, outros governos

tivessem usado o mesmo sistema, o mesmo critério que hoje usa este governo.

Carlos Lacerda, talvez não tivesse chegado à condição de grande Líder Nacional, porque foi como jornalista que ele se projetou, e dos veementes ataques através de jornal, foi que Carlos Lacerda conseguiu derrubar governos.

E da liderança civil de Carlos Lacerda foi que surgiu esta revolução, e os homens que hoje estão no Poder, devem exclusivamente a liberdade de informação que se espera, porque foi daí que se conseguiu mobilizar o povo.

Portanto, Srs. Deputados, é lamentável que hoje tenhamos que vir à tribuna para comentar este ato.

Que intranquilidade para todos.

Porque de um momento para outro, quando não existe mais segurança e não existe mais constituição e lei a ser respeitada, nenhum cidadão sabe como deve se conduzir, porque a lei passa a ser a vontade dos que estão no Poder.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fico até chocado quando eu vejo o comportamento político do Sr. Paulo Pimentel, que sei ser um homem de grande popularidade nesse Estado.

Mas não posso me conformar; não posso me conformar, quando eu vejo um homem previsto pela situação, quando eu vejo um homem coagido com uma verdadeira guerra econômica que se abate sobre o seu patrimônio; e no mesmo jornal, ter que divulgar uma arbitrariedade do Governo; e no mesmo jornal, dizer que é candidato do Partido que dá sustentação ao Governo.

Imagino eu o que está acontecendo nos bastidores, a pressão que está sendo feita sobre este homem, para que ele tenha que vir de público, sustentar duas posições conflitantes.

Pelo temperamento do Sr. Paulo Pimentel, não acredito sinceramente de que esteja dizendo livremente, conscientemente, que será candidato a deputado federal pela Arena.

Quando o seu patrimônio, as suas empresas, estão sofrendo as maiores arbitrariedades deste governo que é sustentado pelo partido que ele pertence.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixo aqui o registro deste episódio e queira Deus não se repita, porque o fechamento da Rádio Iguaçu acontece exatamente no instante em que os comentários circulavam em Curitiba, de que havia uma ordem de o Sr. Paulo Pimentel vender as suas emissoras, vender as suas empresas, porque senão elas seriam fechadas, e esses comentários se confirmam.

Queira Deus que essas arbitrariedades cessem por aí; porque senão, verdadeiramente é o caos, e o caos decretado pelo próprio Governo.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Simplemente para dois requerimentos: um deles, Sr. Presidente, diz o seguinte: (Lê)

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, se digne V. Exa. tomar providências urgentes para que se localize o PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 46/75, que pleiteia a denominação de “WALDEMAR DAROS” ao plenário desta casa.

O requerente esclarece que referido PROJETO foi formulado aos 15 de maio de 1975, apoiado por unanimidade e, misteriosamente, como tantos outros, desapareceu.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1977”.

O segundo requerimento, Sr. Presidente diz o seguinte:

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas legais, requer após ouvido o Plenário, se digne mandar alterar, no Diário da Assembléia do dia 02 de maio de 1977, os dizeres de seu pronunciamento, por ter havido equívoco nas notas taquigráficas que deverão ser confrontadas com a gravação: “onde se diz: em primeiro lugar quero agradecer a sinceridade do Deputado Gabriel Manoel, quando afirma no término do seu discurso, que, com Ney Braga na Presidência Paraná terá sua vez, deverá constar: Com Ney Braga na Presidência, todos nós haveremos de sofrer juntos.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1977”.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, consulto a liderança do MDB se deseja ocupar os quinze minutos que lhe são reservados. — Declinado.

Não havendo quem queira usar da palavra, consulto à liderança da ARENA se deseja fazer uso da palavra.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Usará do horário reservado à ARENA, o Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uma das características mais marcantes da época política contemporânea é exatamente o desprestígio que se tem emprestado à representação popular, quer no âmbito municipal, quer no âmbito estadual e até mesmo no âmbito federal.

Lamentavelmente, esta situação, em nosso País, vem sendo agravada à medida em que aqueles que detêm mandatos de representação popular se vêem, cada vez mais, tolhidos no exercício desta fundamental atividade pública.

E hoje, como de resto parece ser um estigma de toda sexta-feira, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná não teve nenhum de seus membros convidado para participar da solenidade de inauguração da Refinaria Getúlio Dornelles Vargas, em Araucária.

Dir-se-ia, talvez, que a nossa presença é desnecessária.

De fato, é porque o que importava era conseguir a fixação desta refinaria em nosso Estado e para isto esta Assembléia Legislativa contribuiu de forma preponderante sem ter sido convidada, já que era um dever inerente ao seu próprio funcionamento.

Mas agora, do instante em que se vê concretizada a obra, e que era o instante de sermos chamados a assistir de perto aquilo para que tanto contribuimos, fomos afastados e, em nosso lugar, com flores ou talvez sem flores, estão lá os áulicos os medíocres e aqueles que não tiveram nenhuma participação nesta grande conquista do Estado do Paraná.

É este o País em que vivemos, em que o representante do povo, para não dizer o próprio povo, não é chamado a participar das coisas mais importantes que dizem respeito a seu próprio Estado.

Tenho a impressão, e guardo dentro de mim esta convicção, de que, mais do que nunca, e desta vez até com certo vilipêndio, cada um de nós está ofendido, não porque não tenha sido convidado formalmente, mas porque sequer tenha sido lembrado para participar dessa solenidade que não é da Assembléia Legislativa, que não é do Governo do Estado, deve-se reconhecer, é da União, mas que corresponde, fundamentalmente, aos anseios do povo do Paraná que aqui representamos com o máximo de autenticidade que pudemos emprestar até hoje no exercício de nosso mandato.

Estou ocupando a tribuna, hoje, para reclamar deste grosseiro e injustificado comportamento em relação à Assembléia Legislativa, não porque seja afeito — e os que me conhecem sabem muito bem — a participar de momentos sociais. Mas, é que, desta vez, não se trata apenas de um momento social por força da visita, a nosso Estado, do Exmo. Presidente Ernesto Geisel. O que vive o Paraná hoje, é um momento

completamente diferente e que não pode ficar como momento perdido em meio a subtilezas sociais.

É claro que não havia necessidade de ser convidado para participar da inauguração de uma obra pública.

Mas também, não deixa de ser cristalino, é verdade que todos os Deputados Estaduais já estão acostumados a sentir na própria carne, que não sendo convidado, e isso é regra geral — tem resultado num constrangimento muito grande, malgrado pública seja a obra e a inauguração.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) — Quero, nesta oportunidade, Deputado Accioly Neto, trazer a solidariedade dos Deputados da Arena, ao seu pronunciamento.

Injustificável, sob todos os pontos de vista, o alheamento que ficou colocado o Deputado paranaense, o Representante paranaense.

Não sei se essa omissão imperdoável se deve ao Cerimonial do Planalto, ou se deve à Petrobras, essa empresa que, segundo Eugênio Gudín, “é excelente da terra para cima e um fracasso da terra para baixo”.

Traz V. Exa. um desabafo que não é, evidentemente, um ressentimento pelo fato de não termos sido convidados, ninguém aqui estava na expectativa de ser convidado.

Mas, o convite, se fosse feito ao Deputado paranaense, seria a demonstração do prestígio não a esta Assembléia, mas ao povo paranaense.

Tem V. Exa., portanto, nossa solidariedade.

O SR. ACCIOLY NETO — Sensibiliza-me profundamente, Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, esse seu aparte, através do qual traz a sua solidariedade à palavra que tento expressar aqui, como se fosse de todos os Srs. Deputados que compõem esta Casa.

Não quero mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, alongar-me nestas considerações, mas desejo, por definitivo afirmar, não apenas em meu nome, mas, penso eu, em nome de todos os Srs. Deputados, que o Paraná não é terra de ninguém, o Paraná tem poderes constituídos; o Paraná tem um povo que trabalha diuturnamente; o Paraná é um Estado ao qual o Brasil deve parte de seu desenvolvimento econômico e, o Paraná foi, hoje, desrespeitado, pela ofensa humilhante à Assembléia Legislativa.

Era só, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Esta encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 195/68

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica criado no Município de Formosa do Oeste, o Distrito Administrativo do Carajá, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que seguem:

— começa na foz do Córrego Juazeiro com o Rio Verde, início da Estrada Pirapora, seguindo por esta até encontrar o Ribeirão dos Padres, subindo por esta pela sua margem esquerda até encontrar as divisas dos lotes números 569 e 570, subindo por esta até encontrar a Estrada Marília, daí seguindo por esta até encontrar a Estrada de Alvorada, e 64-A, seguindo daí pela divisa dos lotes números 9-D, 62, 62-A, 29, 28 e 27, alcançando aí a Estrada Figueira, por esta até alcançar o Rio Jesuíta, subindo por esta pela sua margem esquerda, até encontrar a Estrada Tupi, linha divisória dos Municípios de Formosa do Oeste e

Nova Aurora, por esta até alcançar o Rio Verde, finalmente por esta pela sua margem direita, até alcançar a foz do Córrego Juazeiro, ponto de partida.

ARTIGO SEGUNDO — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de maio de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL do Projeto de Lei número 199/68

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica criado no Município de Assis Chateaubriand, o Distrito Administrativo e Judiciário de Encantado D'Oeste, com sede na localidade do mesmo nome, e divisas seguintes:

— ao Norte pelo Rio Piquiri da foz do Rio Encantado, até a foz da sanga Ariranha;

a Oeste — pela sanga Ariranha acima, até a sua nascente mais alta, seguindo esta por linha seca rumo Norte-Sul, até o Rio São Pedro na foz do Córrego Pavão, subindo pelo Rio São Pedro, até encontrar o lote rural 342, da Gleba Cambará, daí em linha reta e seca, rumo Leste até o lote 341, daí por linha reta e seca rumo Sul, até o lote 339, da Gleba Cambará, onde intercepta o Rio Peixe, segue por esta acima, até a foz do Córrego Arapaçu, este acima até a linha divisória da Fazenda Britânia, seguindo por esta linha rumo Norte-Sul, até o marco da divisa dos lotes números 99 e 100;

Ao Sul — por linha seca, pela divisa dos lotes números 99 e 100, da Gleba Cambará rumo Leste, até o Córrego da Cobra e por este abaixo, até o Rio Descoberto;

a Leste — pelo Rio Descoberto abaixo, até a linha seca da divisa das Colonias Pindorama e Peruíbe, por esta no sentido Leste-Oeste, até encontrar o Rio Barreiro, por este rio abaixo até o Rio Encantado e por este abaixo até o Rio Piquiri, ponto de partida.

ARTIGO SEGUNDO — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente;

Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 60/74, que autoriza o Poder Executivo criar no Município de São João do Ivaí, os Distritos Administrativos de Godoy Moreira, Santa Luzia da Alvorada e Luar, com as divisas que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE LEI NÚMERO 60/74.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

ARTIGO PRIMEIRO — Ficam criados no Município de São João do Ivaí, os Distritos Administrativos de Godoy Moreira, Santa Luzia da Alvorada e Luar, com as seguintes divisas:

I. DISTRITO ADMINISTRATIVO DE GODOY MOREIRA Partindo do Rio Corumbataí, no local denominado Linha Seca, divisa do Município de São João do Ivaí com o Município de Jardim Alegre, segue por esta até encontrar o Córrego do Catabriga, daí em linha reta até a nascente do Córrego Mangueirão, por este abaixo até o cruzamento da linha seca da Gleba Antônio Lunardelli com a Suíça e por esta abaixo até o Rio Corumbataí e por esta acima até o ponto de partida.

II. DISTRITO ADMINISTRATIVO DE SANTA LUZIA DA ALVORADA.

Partindo do Rio Corumbataí, no local denominado Linha Seca da Suíça, segue por esta até o Rio da Bulha,

descendo por este pela sua margem esquerda até alcançar o Bairro N. Sa. Aparecida, partindo daí novamente por uma linha seca até o Rio Corumbataí, na altura da divisa esquerda do lote de terras No. 20 (vinte), da Gleba Nova, subindo por este até o ponto de partida.

III- DISTRITO ADMINISTRATIVO DE LUAR

Partindo do Rio da Bulha, na altura do Bairro N. Sa. Aparecida, sobe por uma linha seca até a altura da divisa esquerda do lote de terras No. 20 (vinte) da Gleba Nova, indo alcançar o Rio Corumbataí, descendo por este pela margem direita, até a desembocadura do Rio Ivaí, subindo por este até encontrar a desembocadura do Rio da Bulha, subindo por este pela margem direita até encontrar o ponto de partida.

ARTIGO SEGUNDO — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de maio de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 169/74, que cria no Município de PITANGA, o Distrito Administrativo de Poema, com divisas que especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE LEI NÚMERO 169/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica criado o Distrito Administrativo de Poema, no Município de PITANGA, com as seguintes divisas:

— Partindo da cabeceira da Água dos Alemães até sua desembocadura no Rio Muquillão e descendo por este até o Rio Corumbataí, subindo pelo Rio Corumbataí, até o ponto de desembocadura do Rio Tigre e, subindo por este até o ponto onde ele recebe a Água da Anta e, subindo por esta, até sua cabeceira, dali por uma linha seca de 280 metros, até encontrar o ponto de partida.

ARTIGO SEGUNDO — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 18/75, que cria no Município de CAPANEMA, o Distrito Administrativo de PINHEIRO com divisas que especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE LEI NÚMERO 18/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica criado o Distrito Administrativo de PINHEIRO, no Município de CAPANEMA, com divisas assim discriminadas:

— Tem como ponto inicial a foz do Lajeado Grande no Rio Iguaçu, e desta o Lajeado Grande acima, até a barra do Lajeado Timbaúva no Lajeado Cedro, e o Lajeado Cedro acima até sua cabeceira, e da cabeceira deste em direção Nordeste, por linha seca com deflexões sucessivas, pelo limite com o Município de Planalto até a cabeceira do Arroio da Queda, e por este até sua barra no Rio Capanema, e pelo Rio Capanema abaixo até a barra do Lajeado Jacaré, e por este acima até sua cabeceira, e desta por linha seca e reta até a cabeceira do Lajeado Taman-

duá, e por este abaixo até sua foz do Rio Iguaçu, e por este abaixo pela margem esquerda, até a foz do Lajeado Grande, ponto inicial:

ARTIGO SEGUNDO — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 79/75, que cria no Município de CORBÉLIA o Distrito Administrativo de OURO VERDE DO PIQUIRI, com delimitações que especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE LEI NÚMERO 79/75.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica criado no Município de CORBÉLIA, o Distrito Administrativo de OURO VERDE DO PIQUIRI, com as seguintes delimitações:

NORTE— (divisa com o Município de Ubitatã) da barra do Rio Melissa com o Rio Piquiri, subindo este até encontrar a barra com o Rio dos Porcos ou Cachoeirinha;

LESTE— (Distrito de Anahi - divisa) da barra do Rio Piquiri com o Rio dos Porcos, subindo as águas deste até alcançar a estrada Timburi e seguindo por esta até encontrar com a BR-369.

SUL — (divisa com a sede do Município) do entroncamento da estrada Timburi com a BR-369, seguindo por esta até alcançar a divisa do lote 35, com os lotes 40-39-38 e 37, todos da Gleba No. 3, e seguindo por ela até o Rio Melissa;

OESTE — (divisa com os Municípios de Cascavel e Nova Aurora) da divisa do lote 35 com o lote 37, da Gleba No. 3, onde se encontra com o Rio Melissa, descendo por este até alcançar a barra com o Rio Piquiri, ponto de partida do Norte.

ARTIGO SEGUNDO — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 80/75, que cria no Município de CORBÉLIA o Distrito Administrativo de IGUA-TU, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE LEI NÚMERO 80/75.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica criado no Município de CORBÉLIA, o Distrito Administrativo de Iguaçu, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

I. AO NORTE — com o Município de Ubitatã: começa na barra do Rio Sapucaí ou Rebouças com o Rio Piquiri, subindo este até alcançar a barra do Rio Tourinho.

II. A LESTE — com o Município de Guaraniaçu: da barra do Rio Piquiri com o Rio Tourinho, subindo as águas deste, até alcançar a divisa do lote nº 10, com o lote nº 13, da Gleba No. 10.

III. AO SUL — com o Distrito de Braganey: do rio onde divide com os lotes nºs 10 e 13, da Gleba nº 10, segue a divisa dos mesmos até alcançar a divisa do lote nº 11-A com o lote nº. 12-B, da Gleba nº. 10, e seguindo por

ela até o Rio Veado, descendo este até a barra do Rio Novais, subindo o Rio Novais, até a divisa das Glebas nºs. 8 e 9; pelos lotes nºs. 85 - 80 - 81 e 82, da Gleba nº 9, com os lotes nºs. 25 - 26 e 24, da Gleba nº 8, seguindo por ela até alcançar o Rio Sapucaí ou Rebouças.

IV. AO OESTE — com o Município de Corbélia e o Distrito de Anahy, das Glebas nºs. 8 e 9, das divisas delas, onde se encontra o Rio Sapucaí ou Rebouças, descendo suas águas até alcançar o Rio Piquiri, ponto de partida.

ARTIGO SEGUNDO — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 81/75, que cria no Município de CORBÉLIA, o Distrito Administrativo de BRAGANEY, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI NÚMERO 81/75.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica criado, no Município de CORBÉLIA, o Distrito Administrativo de BRAGANEY, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

I. AO NORTE — divisa com o Distrito do Iguatu: do Rio Tourinho onde divide com os lotes 10 e 13 da Gleba 10, segue a divisa dos mesmos até alcançar a divisa do lote 11 - A (onze-A) com o 12 - B (doze - B) da Gleba 10 e seguindo por ela até o Rio Veado, descendo este até a barra do Rio Novais, subindo o Rio Novais até a divisa das Glebas 8 e 9 pelos lotes 85- 81 e 82 nº 9 e com os lotes 26 - 25 e 24 da Gleba nº 8, até alcançar o Rio Sapucaí ou Rebouças;

II. A OESTE — divisa com a sede do Município: da divisa das Glebas 8 e 9 pelos lotes 82 da Gleba nº 9 com o lote 24 da Gleba No. 8, que se encontra com o Rio Sapucaí ou Rebouças, subindo suas águas até a barra do Rio Piquirizinho, subindo as águas deste até a barra do Rio Bonito, subindo o Rio Bonito até alcançar a divisa do Município de Corbélia com o Município de Cascavel;

III. AO SUL — divisa com Município de Cascavel: do Rio Bonito seguindo a divisa do Município de Corbélia com o Município de Cascavel, até alcançar o Rio Tourinho;

IV. A LESTE — divisa com o Município de Guaraniaçu: do Rio Tourinho onde divide com o Município de Cascavel, desce suas águas até alcançar a divisa dos lotes 10 e 13, da Gleba nº 1 ponto de partida.

ARTIGO SEGUNDO — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de maio de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente

Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 82/75, que cria no Município de Cascavel, o Distrito Administrativo de Rio do Salto, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI NÚMERO 82/75.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica criado no Município de Cascavel, o Distrito Administrativo de Rio do Salto, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

— começa na estrada BR-277, cabeceira do Rio Tormenta, seguindo por este abaixo até encontrar a divisa do Município de Capitão Leônidas Marques, pela mesma divisa sentido Oeste, até encontrar o Rio Andrada, seguindo por este acima até a barra do Rio Arquimedes, por este acima até encontrar um afluente a esquerda, seguindo por este até sua cabeceira, seguindo pelo espigão até encontrar a estrada do Rio Salto, pela mesma estrada em sentido Norte, até encontrar a BR-277, pela mesma até o ponto de partida.

ARTIGO SEGUNDO — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 85/75, que cria no Município de CORBÉLIA, o Distrito Administrativo de ANAHI, com divisas que especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI NÚMERO 85/75.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica criado, no Município de CORBÉLIA, o Distrito Administrativo de ANAHI, com as seguintes divisas:

NORTE — (divisa com o Município de Ubitatã) — da barra do Rio dos Porcos ou Cachoeirinha com o Rio Piquiri, subindo por este até encontrar a barra do Rio Piquiri, subindo por este até alcançar a barra com o Rio Sapucaí ou Rebouças;

LESTE — da barra do Rio Sapucaí ou Rebouças com Rio Piquiri, subindo as águas do Rio Sapucaí, até alcançar a estrada Rancho Alegre e Fazenda Caparaó, até encontrar a BR-369, seguindo por esta até a estrada Timburi.

OESTE — (divisa com o Distrito de Ouro Verde do Piquiri) — da estrada Timburi até alcançar o Rio dos Porcos ou Cachoeirinha, ponto de partida do Norte.

ARTIGO SEGUNDO — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de maio de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 119/75, que cria no Município de Cascavel o Distrito Administrativo de JUVINÓPOLIS, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI 119/75.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica criado, no Município de Cascavel o Distrito Administrativo de JUVINÓPOLIS, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguinte:

— começa em uma barra (confluência de águas) próximo a localidade de Castelo Branco, continuando pelo rio Tormenta em direção a sua foz, até alcançar a divisa intermunicipal Cascavel-Capitão Leônidas Marques, indo por esta divisa em direção Oeste até encontrar o Rio Andrada, subindo por este em direção a sua nascente até encontrar a divisa das Glebas 5 e 1, (2o. parte), e por esta em direção Leste, até encontrar o Rio Boi Morto e por este em direção a sua nascente e depois em linha reta e seca, até encontrar o córrego e descendo por este em direção a sua foz até o Rio Tormenta, ponto de

PARTIDA.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Comissões, em 23 de maio de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 137/75, que fixa as linhas de marcatórias dos Distritos de Ivaiporã (sede), Jacutinga, Alto Porã, Ariranha, Arapuã e Romeópolis.— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI NÚMERO 137/75.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

ARTIGO PRIMEIRO — As linhas demarcatórias dos Distritos de Ivaiporã (sede), Jacutinga, Alto Porã, Ariranha, Arapuã e Romeópolis, passam a obedecer a seguinte redação:

I. JACUTINGA:

Inicia na margem esquerda da foz do Rio Formoso e pela margem esquerda do Rio Ivaí e daí até encontrar as divisas municipais entre Ivaiporã e Jardim Alegre, por esta divisa até encontrar o Ribeirão Pindaíva, incluindo o povoado de Santa Cruz e daí, pela margem direita do Ribeirão citado, até a ponte da rodovia Ivaiporã — Jacutinga e daí até o Patrimônio do Severiano, Distrito da sede, para, em linha seca de rumo magnético, atingir a margem esquerda do Ribeirão Formoso e Patrimônio Formosinho, na divisa do Distrito de Ariranha e, por esta margem, rio abaixo até sua foz, ponto de partida, ficando os Patrimônios Santa Luzia e Santa Bárbara à pertencer ao Distrito da sede.

II. ALTO PORÃ:

Inicia ao Sul, na intercepção da linha seca divisória com o Município de Manoel Ribas e a margem esquerda do Rio Azul, descendo por esta margem em direção à sede Municipal, até encontrar a linha seca tangente às divisas do Patrimônio Ouro Verde, Distrito da sede, prosseguindo na mesma linha seca, atravessa a rodovia Ivaiporã — Alto Porã e no mesmo rumo magnético da linha seca tangente ao aludido Patrimônio, até alcançar a margem direita do Rio da Bulha; daí, margem direita e rio acima, até alcançar a linha seca divisora com o Município de Manoel Ribas e por esta, fechando no ponto de partida, ficando o Patrimônio Pindaúvina a pertencer ao distrito da sede.

III. ARIRANHA:

Ao Sul, com a linha divisora com o Município de Manoel Ribas, partindo do ponto de intercepção com o Rio Azul e por ela até a margem esquerda do Rio Ivaí e por esta margem rio abaixo até a foz e margem direita do Rio Formoso e, por esta margem, descendo, até encontrar a linha seca de rumo magnético tangente ao Patrimônio Barraquinha, Distrito da sede, subindo pela rodovia principal até a margem direita do Rio Azul, ponto de partida, confrontando-se com os Distritos de Alto Porã e da sede.

IV. ARAPUÃ:

Começa na cabeceira da ponte sobre o Rio da Bulha, à margem da estrada que liga Ivaiporã à sede do Distrito e, daí, pela margem esquerda da estrada referida, contornando e incluindo o Patrimônio Arapuã, segue pela margem esquerda desta estrada até a Escola Júlio Twardovski, e daí em rumo Norte, pela estrada da Água Fria e daí, pela margem direita, descendo até a linha seca que divide o Município de Jardim Alegre e por esta mesma linha, até a margem esquerda do Rio da Bulha, até o ponto de partida, ficando o Patrimônio Bentevi a pertencer ao distrito da sede.

V. ROMEÓPOLIS:

Ao Norte: Pelo levantamento da estrada de rodagem que liga o Patrimônio Alvorada a Bentevi, confrontando com as terras do Município de Jardim Alegre; daí, segue por uma linha seca, confrontando com o Patrimônio e Distrito de Arapuã;

A Leste: Pelo Rio da Bulha, confrontando com os Patrimônios Ouro Verde, João Guedes e Alto Porã, os dois primeiros do Distrito da sede;

Ao Sul: Pelo levantamento de uma linha divisora, com o Município de Manoel Ribas;

A Sudoeste: Pelo Rio Corumbará, confronta com terras do Município de Pitanga.

ARTIGO SEGUNDO — A interpretação que ora se propõe, é em razão da melhor caracterização do Distrito de Romeópolis, no mapa geográfico do município, pois a lei que o criou não menciona as respectivas divisas.

ARTIGO TERCEIRO — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de maio de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 160/75, que cria os Distritos Administrativos de ENTRE RIOS, IGUIPORÃ, NOVO TRÊS PASSOS, SÃO ROQUE e NOVO HORIZONTE, no Município de Marechal Cândido Rondon, com as divisas que especifica.— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI NÚMERO 160/75**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

ARTIGO PRIMEIRO — Ficam criados os Distritos Administrativos de ENTRE RIOS, IGUIPORÃ, NOVO TRÊS PASSOS, SÃO ROQUE e NOVO HORIZONTE, no Município de Marechal Cândido Rondon, com as divisas seguintes:

I. DISTRITO DE ENTRE RIOS

— Começa no Rio Paraná, partindo sentido Norte-Sul, pelo Arroio Felicidade, até encontrar a linha divisória da Fazenda Britânia, seguindo pela mesma linha sentido Oeste-Leste, até encontrar o Rio São Francisco, descendo por este, sentido Leste-Oeste até encontrar o Rio Paraná, descendo pelo mesmo em sentido Nordeste-Sudoeste, até a barra do Arroio Felicidade, ponto de partida.

II. DISTRITO DE IGUIPORÃ.

— Partindo do Arroio Fundo, na foz do Lajeado Curvado e subindo pelo mesmo até a foz do Lajeado Santo Ângelo e sobe por este até a divisa dos lotes rurais Nos. 42 e 43, 180.º perímetro, Linha Curvado, segue a mesma até o travessão dos lotes rurais nºs 32 e 39, do perímetro 180.º e lotes rurais Nos. 64 e 65, do 23.º perímetro e dos lotes rurais Nos. 76 e 77, do 26.º perímetro, seguindo pelo travessão dos lotes rurais N.ºs 76 a 70, subindo por este pelo travessão dos lotes rurais N.ºs 80 a 96 e 201, e Gleba "A", do 26.º perímetro, continuando pela divisa do lote rural No. 100 com a Gleba "A", do 26.º perímetro, seguindo pelo travessão da Gleba "D", com os lotes rurais N.ºs 106 - 107 - 108 e 184, do 26.º perímetro, até alcançar o Lajeado São Cristóvão, desce até a divisa dos lotes rurais 27 e 28, do 24.º perímetro, segue a mesma, continuando pela divisa dos lotes rurais N.ºs 13 - 14 - 10 e 12 e lote rural n.º 9, mesmo perímetro, até o Lajeado Apepu, continuando pela divisa dos lotes rurais Nos. 5 e 6, do 26.º perímetro, até alcançar a estrada de rodagem que liga a Vila de Iguiporã à Vila de Porto Mendes, segue a mesma em direção à Vila de Iguiporã, até na divisa dos lotes rurais Nos. 44 e 46, do 25.º perímetro, segue esta e a divisa dos lotes rurais N.ºs 43 e 45, até a Sanga Bangu, atravessa a mesma na linha divisória dos lotes rurais N.ºs 36 e 35, do 25.º perímetro, até atingir o Lajeado Rio Branco, sobe por este até a foz da Santa Caranchan, sobe por esta até a divisa dos lotes rurais Nos. 50 e 51, do 22.º perímetro, da Linha Arroio Fundo, segue pela mesmo até a divisa dos lotes Nos. 47 e 51, continua pelo mesmo até a divisa dos lotes rurais Nos. 46 e 54, segue até a Sanga

Biriva, desce pela mesma até a sua foz no Arroio Fundo, sobe este até a foz do Lajeado Curvado, ponto de partida.

III. DISTRITO DE NOVO TRÊS PASSOS

— Pela foz do Lajeado Guavirá sobe até encontrar a Sanga Mambuca que segue até sua nascente; por linha seca segue pela divisa do lote rural número 190, com as colônias números 221—189 e 188, e esta com a 132; pelo travessão segue entre as colônias 143 e 142, com as colônias 133 e 135; ainda em linha reta pelas divisas das colônias 140 e 141, até encontrar a Sanga Bonita, que segue até sua foz no Arroio Quatro Pontes, a qual sobe até as divisas agora no 13.º perímetro, dos lotes rurais números 154 e 151, 153 e 152, até encontrar a Sanga Crissiumal; por esta segue até sua foz no Arroio Guaçu; segue pelo Arroio Guaçu até encontrar a foz do Arroio Guavirá.

IV. DISTRITO DE SÃO ROQUE

— Partindo do Rio São Francisco, na foz da Sanga Perdida, sobe pela mesma até sua nascente, atravessa a divisa seca entre os lotes rurais números 90 e 91 do 35.º perímetro, até encontrar a nascente da Sanga Uru, segue a mesma até o Lajeado Barra Bonita, segue pelo mesmo até o Arroio Marreco, descendo pelo mesmo até o lote rural número 219, sobe por este até encontrar a Sanga Barreiro, segue por esta até encontrar a divisa do lote rural número 175 do 39.º perímetro, descendo pelo mesmo até encontrar a divisa do lote rural número 175 do 39.º perímetro, passando pelo travessão até encontrar a divisa do lote rural número 205, desce pelo travessão até o lote rural número 216, seguindo pelo travessão até encontrar a divisa do lote rural número 126, seguindo pelo mesmo até encontrar o Rio São Francisco, subindo por este até encontrar a foz da Sanga Perdida.

V. DISTRITO DE NOVO HORIZONTE

— Partindo da Sanga Leopardo, passando pelos lotes rurais números 15 até 01, do 18.º perímetro, linha Lajeado Guavirá, até encontrar a foz da Sanga Horizontina, seguindo pelo Lajeado Guavirá até encontrar a foz da Sanga Mercedes, subindo até encontrar os lotes rurais números 84, 85, 113, 114, 125, 126 e 127, do 18.º perímetro, até atingir a Sanga S. Martim e subindo por esta até encontrar o lote rural número 135, subindo por este até encontrar a linha dos lotes rurais números 68 e 69, descendo pela mesma linha até a Sanga Belmonte, passando por esta, subindo a linha dos lotes rurais números 55 e 56, do 18.º perímetro, passando a Sanga 7 de Setembro, subindo a linha dos lotes rurais números 09 e 10, continuando pela linha dos lotes rurais números 58 e 59, do 42.º perímetro, até encontrar a Sanga São Luiz, passando pela mesma, subindo pelo travessão do lote rural número 96, tomando o travessão da Gleba "A", descendo pelo travessão do lote rural número 201, até encontrar o lote rural número 69, descendo pelo travessão deste até encontrar a Sanga Ruivo-Quê, subindo pelos lotes rurais números 32 e 39, até encontrar a linha dos lotes rurais números 42 e 43, descendo até a cabeceira da Sanga Santo Ângelo passando pelo mesmo até encontrar o lote rural número 08, descendo até encontrar o Lajeado Curvado, e por este subindo até encontrar a Sanga Leopardo, ponto de partida.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de maio de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 181/75, que cria no Município de GOIOERÊ, os Distritos Administrativos de RANCHO ALEGRE D'OESTE e BANDEIRANTES D'OESTE, nas localidades dos mesmos nomes e divisas que especifica. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI NÚMERO 181/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

ARTIGO PRIMEIRO — Ficam criados, no município de Goioerê, os Distritos Administrativos de RANCHO ALEGRE D'OESTE e BANDEIRANTES D'OESTE, nas localidades dos mesmos nomes e divisas seguintes:

I. DISTRITO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

(área de 172,00 km²) — começa no Rio Comissário, no ponto de encontro da divisa entre as Glebas 15 e 23, da Colônia Goioerê, de onde segue em sentido Norte, até alcançar a linha da divisa entre as Glebas 15 e 13, de onde sobe até alcançar a divisa intermunicipal entre Goioerê e Janiópolis, deste segue Rumo Sul até alcançar o Rio Comissário, pelo qual desce até alcançar a linha de divisa entre as Glebas 15 e 23, da Colônia Goioerê, ponto de partida.

II. DISTRITO DE BANDEIRANTES D'OESTE

(área de 123,31 km²) — começa na foz do Rio Água Bela, deste ponto sobe pelo referido rio, até encontrar seu afluente da margem esquerda sem denominação, no ponto de divisa entre as Glebas números 16, Primeira parte, e 12, Primeira parte, seguindo então por esse afluente até encontrar a divisora das Glebas que limita a Gleba número 16, Primeira parte, e a Gleba número 14, deste ponto segue por linha seca acompanhando a referida divisora com Rumo NE 64.º 30' SW e distância de 6.450,00 (seis mil, quatrocentos e cinquenta) metros, até atingir outro ponto, deste ponto deflete à esquerda e segue por linha seca com o Rumo NE 04.º 00' SW, dividindo os lotes números 63, 50, 61-A e 62-A, até encontrar o Arroio Barigüi, na distância de 3.900,00 (três mil e novecentos) metros, deste ponto segue pelo referido arroio em direção à sua foz, até atingir o Rio Piquiri, deste ponto segue margeando o Rio Piquiri, até encontrar a foz do Rio Água Bela, ponto de partida.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de maio de 1977

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 115/76, que cria no Município de Umuarama, os Distritos Administrativos de Vila Alta e Roberto Silveira. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI NÚMERO 115/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

ARTIGO PRIMEIRO — Ficam criados no Município de Umuarama, os Distritos Administrativos de:

I. VILA ALTA — com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

— a partir da foz do rio Veado no rio Paraná, no rumo projetado pelo primeiro, atravessando parcialmente o rio Paraná e a ilha Bandeirantes, até a segunda secção do rio Paraná; aí segue pela referida ilha, margeando o rio abaixo até a ponta da ilha Bandeirante; aí deflete à esquerda e alcança a ilha Grande na Sete Quedas; segue pela margem esquerda de quem desce o referido rio e a direita da referida ilha; rio abaixo até a projeção do rio Paracá; aí segue em linha seca até a foz deste rio no Rio Paraná; sobe pelo Rio Paracá até a foz do Córrego da Arara; por este acima até a nascente e daí a margem direita da estrada Coronel; faixa de domínio da referida estrada em seu curso reto de aproximadamente 4,6 km e ao fim desta reta, segue no mesmo rumo até o Rio Veado e por este abaixo até o ponto de partida.

II. ROBERTO SILVEIRA, a partir do Córrego da Arara com o Rio Paracá; pelo Córrego da Arara acima até a nascente no rumo da estrada Coronel; por esta no sentido Norte, e deixando de defletir à esquerda, segue projeção da reta da referida estrada até o Rio Veado, sobe por este até a confluência do Córrego Primavera; por este acima até a nascente e pela reta projetada pelo curso do córrego até a estrada João Baraniuk, até limitar

com o Município de Xambê; por esta divisa, à direita até a nascente do Rio Paracai e por este abaixo até o ponto inicial desta descrição.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de maio de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 150/76, que cria, no Município de Londrina, o Distrito Administrativo de MARAVILHA, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. — **APROVADO.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI NÚMERO 150/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica criado no município de Londrina, o Distrito Administrativo de MARAVILHA, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

— começa na barra do Ribeirão Taquara, no Rio Tibagi, seguindo por este, abaixo até a barra do Ribeirão Apertados; por este acima até onde seu curso se aproxima do Ribeirão Taquara, e deste ponto, com o rumo de 54.030'NO, por uma linha seca e reta de 10.800 ms; e deste ponto, onde o mencionado ribeirão é atravessado por uma ponte, por ele abaixo até o ponto de partida destes limites; ao Norte com o Distrito da sede da Comarca e o Município de Assaí; ao Sul com o Distrito de Paiquerê, e a Oeste com os Distritos Judiciários de Irerê e Paiquerê.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, lido da tribuna, solicitando seja mandado alterar, no "Diário da Assembléia" do dia 02 de maio de 1977, os dizeres de seu pronunciamento, por ter havido equívoco nas notas taquigráficas que deverão ser confrontadas com a gravação. — **À COMISSÃO EXECUTIVA.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, lido da tribuna, solicitando sejam tomadas providências urgentes, no sentido de que se localize o Projeto de Resolução número 46/75, que pleiteia a denominação de "Waldemar Daros" ao plenário desta Casa. — **AO SR. 1.º SECRETÁRIO PARA PROVIDENCIAR O REQUERIDO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando a anexação do Projeto de Lei número 51/77, de sua autoria, ao Projeto de Lei número 04/77, por versarem ambos sobre a mesma matéria. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo auspicioso evento, que por certo traduz o sentimento de todos os paranaenses nesta data histórica em que se inaugura a Refinaria "Presidente Getúlio Vargas". — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Presidente da República, pela inauguração, em data de hoje, da Refinaria "Presidente Getúlio Vargas", com sede em Araucária. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Ministério de Previdência e Assistência Social e ao INPS, pelo trabalho que vem desenvolvendo, através do seu Programa de Assistência Psiquiátrica. — **Em discussão.**

O SR. LÚCIO MACHADO — Para discutir, Sr. Presidente. **O SR. PRESIDENTE** — (Ernesto Gnoato) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, lido da tribuna, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministros da Educação e da Agricultura, bem como ao Sr. Governador do Estado, expressando o integral apoio desta Casa, à iniciativa da Universidade Estadual de Maringá, visando a criação da Faculdade de Agronomia em Maringá. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado, pedido de informações referente à sua posição sobre Títulos de Domínio Pleno expedidos pelo Governo do Estado através do DGTC. — **Em discussão.**

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente. **O SR. PRESIDENTE** — (Ernesto Gnoato) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em pedido de informações, com referência à posse de terras, no Município de Santa Cruz de Monte Castelo. — **Em discussão.**

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente. **O SR. PRESIDENTE** — (Ernesto Gnoato) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em pedido de informações sobre a demanda havida entre o Poder Executivo do Estado e a denominada Gleba Rocha Loures, encravada no Município de São Pedro do Paraná. — **Em discussão.**

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

PRIMEIRA DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 19/77 e 59/77.

Levanta-se a Sessão.